



CADERNO DE QUESTÕES

PROCURADOR MUNICIPAL

NÍVEL SUPERIOR

NOME DO CANDIDATO: _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este **CADERNO DE QUESTÕES** contém **40 (quarenta) QUESTÕES** de múltipla escolha referente à Prova Objetiva, correspondentes ao cargo de sua concorrência.
2. Cada questão objetiva de múltipla escolha apresenta **5 (cinco)** alternativas identificadas com as letras **A, B, C, D e E**, sendo apenas **1 (uma)** correta.
3. Confira se o seu **CADERNO DE QUESTÕES** contém a quantidade de questões descritas no item 1 e se o **cargo** para o qual você foi inscrito está correto. Caso esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que seja realizada a substituição.
4. Observe, na **FOLHA DE RESPOSTAS** e na **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**, se seus dados estão registrados corretamente. Caso haja alguma divergência, comunique ao fiscal de sala.
5. Após conferência, assine seu nome no espaço próprio na **FOLHA DE RESPOSTAS** e na **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**.
6. **OBRIGATORIAMENTE** a **FOLHA DE RESPOSTAS** e **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)** deverão ser preenchidas com caneta esferográfica feita em material transparente de tinta preta ou azul.
7. **Não é permitida**, no momento da prova, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (calculadora, telefone celular, tablet, etc.), óculos escuros, protetor auricular, boné, relógios, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta.
8. A saída de candidato da sala de prova somente será permitida depois de transcorrido o tempo de **02 (duas) horas do início da prova** (apontado em sua sala de prova), mediante a entrega obrigatória da sua folha de respostas e do seu caderno de questões ao fiscal de sala.
9. O candidato poderá, ao terminar sua prova, levar o Caderno de Questões **SOMENTE** faltando **30 (trinta) minutos** para o tempo previsto do seu término.
10. O tempo disponível para a prova é de **04 (quatro) horas**.
11. Será eliminado do concurso e terá sua prova anulada o candidato (a) que: **NÃO ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA** e/ou a **FOLHA DE RESPOSTAS** e/ou **FOLHA DE REDAÇÃO (PROVA DISCURSIVA)**.
12. Os três últimos candidatos, ao terminar a prova, só poderão sair juntos.

BOA PROVA!

DESTAQUE AQUI

01	06	11	16	21	26	31	36
02	07	12	17	22	27	32	37
03	08	13	18	23	28	33	38
04	09	14	19	24	29	34	39
05	10	15	20	25	30	35	40

PROVA DISCURSIVA

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema **“A RELAÇÃO ENTRE A JUSTIÇA E AS NOVAS TECNOLOGIAS”**.

TEXTO 01

Novas tecnologias aprimoram gestão judiciária

O uso das novas tecnologias em ações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Receita Federal e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro diminui custos e aperfeiçoam modelos de gestão. Os três órgãos mostraram iniciativas que auxiliam o Poder Judiciário a melhorar o desempenho frente à população. As apresentações foram feitas na tarde desta quinta-feira, no Encontro Nacional de Corregedores de Justiça, que se realiza em Brasília, organizado pela Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"A justiça pode ficar aberta 24 horas por dia 365 dias ao ano, não existe mais porta fechada", diz o secretário geral do CNJ, juiz Sérgio Renato Tejada, sobre a facilidade do cidadão e do advogado quanto ao acesso aos processos eletrônicos. O CNJ apresentou o processo eletrônico (Projudi), que além do acesso 24 horas, de acordo com estimativas feitas no TRF 4ª Região (RGS, PR e SC) diminui custos e melhora a gestão dos recursos humanos. São necessários apenas mil novos processos para recuperar o investimento de instalação de um novo juizado virtual.

Ainda no caso do TRF 4ª Região, todo o investimento em processo virtual já foi recuperado com uma economia de aproximadamente 4,36 milhões de reais com os cadernos processuais. Além da economia, 160 mil processos virtuais liberam 40 servidores de trabalhos burocráticos como grampear e levar processos. Esses servidores podem ser melhor aproveitados, pela gestão judiciária, e valorizados em sua atuação.

A Receita Federal apresentou o Infojudi, um sistema que disponibiliza *online* as informações solicitadas pela Justiça, que antes eram prestadas mediante ofício. "O que antes demorava meses agora leva segundos" disse o representante da Receita Federal Rogério Nascimento. De acordo com Nascimento, a Receita Federal aproveita melhor seus recursos humanos com o uso do Infojudi pelo Judiciário. "Apenas em uma delegacia em São Paulo estão 30 pessoas disponíveis para prestar informações à Justiça," diz. A Justiça ganha em celeridade na tramitação, já que informações como declaração de renda do réu é informada imediatamente ao juiz.

[...]

Texto adaptado

Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/64419-novas-tecnologias-aprimoram-gestjudicia>. Acesso em: 03/04/2019

TEXTO 02

A tecnologia a serviço da justiça

O uso da internet tem facilitado a comunicação de atos processuais até então restritos à tradicional correspondência oficial exercida pelo monopólio estatal via Empresa de Correios e Telégrafos - ECT.

Diariamente milhares de novas demandas judiciais são propostas perante os diversos tribunais brasileiros, aumentando ainda mais o já pesado fluxo de processos no Judiciário tupiniquim, que carrega segundo o último levantamento do CNJ1 em 2016, mais de 100 (cem) milhões de ações judiciais em curso.

Não bastasse o enorme volume de ações em trâmite e a alimentação diária dessa colossal montanha processual perante o Poder Judiciário, a peculiar litigiosidade do brasileiro enseja a existência de um verdadeiro exército de servidores e magistrados que, juntos, aproximam-se de meio milhão de pessoas envolvidas na administração da justiça.

Piorando um pouco o cenário, ainda que contém com proporcional força de trabalho para solução, na média, os processos judiciais no Brasil não têm solução antes de alguns bons anos de tramitação, até se chegar a concretização do pedido inicial ou o seu repúdio.

Então, o que fazer para solucionar esse problema que afeta um a cada dois brasileiros? Como mitigar a morosidade judicial? Como reduzir os custos de um aparato pesado e a cada dia mais ineficiente?

A tecnologia mostra-se como poderosa ferramenta para a solução do caótico cenário judicial brasileiro. O uso da internet, por exemplo, tem facilitado a comunicação de atos processuais até então restritos à tradicional (custosa e morosa) correspondência oficial exercida pelo monopólio estatal via Empresa de Correios e Telégrafos - ECT.

[...]

Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI263889,41046-A+tecnologia+a+servico+da+justica>. Acesso em: 03/04/2019

TEXTO 03



Disponível em: <https://goo.gl/images/NQ3Zyx>. Acesso em: 03/04/2019

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO PARA AS QUESTÕES 01 A 10

Metade dos jovens corre risco de não se inserir no mercado de trabalho

Relatório do Banco Mundial mostra que 52% dos brasileiros entre 19 e 25 anos perdem interesse pelos estudos

Estudo do Banco Mundial (Bird) divulgado nesta quarta-feira mostra um cenário de desalento para a juventude. Com um sistema educacional falho e pouco conectado com as necessidades do setor privado, 52% dos jovens entre 15 e 29 anos perde interesse pelos estudos e corre risco de não conseguir se inserir no mercado de trabalho. São pessoas que se encontram em três situações: desistiram da escola, conciliam os estudos com trabalho informal ou estão defasados na relação idade/série.

Segundo o Banco, em 2015, somente 38% dos adolescentes estavam na série correta. Aos 18 anos, metade já está fora da escola. A fragilidade da educação dos jovens compromete a produtividade do país, alerta o Bird.

Com o rápido envelhecimento da população, o Banco Mundial alerta que o Brasil pode estar perdendo a “última onda da transição demográfica”, ou seja, a última parcela significativa de jovens ingressando na população ativa do país. Segundo o relatório, o potencial de produtividade brasileiro será cada vez mais determinado pela atual juventude. Para isso, será necessário aprimorar a capacidade das instituições de desenvolver as competências do jovem e do mercado de trabalho de engajá-los plenamente na economia.

“A última onda da transição demográfica do Brasil está chegando ao auge. Equipado com políticas de competências e empregos sólidas e adequadas, especialmente para os jovens, o Brasil pode superar a posição de renda média surfando essa onda. A alternativa é que essa onda quebre, e afunde a perspectiva do país em atingir novos níveis de prosperidade compartilhada”, alerta o documento.

SÓ 43% TÊM ENSINO MÉDIO. NOS PAÍSES RICOS, SÃO 65%

A maior evasão escolar é no Ensino Médio: apenas 43% das pessoas com mais de 25 anos tiveram essa etapa dos estudos concluída. A média dos países ricos da OCDE é de 65%. Nos Estados Unidos, 88%. Mesmo quem termina o Ensino Fundamental, no entanto, já tem importantes deficiências de aprendizagem, na avaliação do relatório. O Bird analisa que há uma falta de interesse pelos conteúdos acadêmicos, resultado de um currículo escolar “muito mais voltado para a memorização do que para o pensamento crítico” e sem correlação direta com o que será exigido no mercado de trabalho.

O Banco ainda aponta que o jovem brasileiro não tem a real noção do valor efetivo da educação para seu futuro, como o impacto que anos a mais de estudo geram no salário, por exemplo. “Se jovens acham que o investimento em educação adicional não se coaduna com os empregos que desejam no mercado de trabalho, e/ou se dão pouco peso à possibilidade (incerta) de aumento de remuneração futura, isso aumenta sua probabilidade de abandonar a escola e ir para o mercado de trabalho com a bagagem atual, ao invés de debater-se com a falta de oportunidade sem renda alguma”, aponta o estudo.

IMPACTOS NA PRODUTIVIDADE DO PAÍS

A pesquisadora Rita Almeida, uma das responsáveis pelo estudo, explica que esse risco de o jovem não se inserir no mercado de trabalho, chamado pelo Bird de “desengajamento econômico”, tem reflexos diretos na produtividade do país. Com as deficiências na educação, o Brasil é o único país em que anos a mais de estudo não impactam a produtividade do país. Para se ter uma ideia, na Coreia do Sul, um ano a mais de escolaridade gera US\$ 7 mil para a economia.

- O impacto fundamental de um alto risco de desengajamento econômico é ter um jovem com oportunidade baixa no mercado de trabalho. E isso tem consequências muito importantes para o crescimento e para a produtividade. O Brasil perde em capacidade de competir e de ter uma economia dinâmica e competitiva - aponta.

O relatório considera que o país tem conseguido avanços na área da educação, como o aumento do número de matrículas e do acesso à educação e a diminuição da evasão escolar. O Bird elogia ainda a reforma do Ensino Médio, aprovada no Congresso Nacional no início do ano passado. Segundo o documento, as mudanças vão no caminho certo, mas ressalta que apenas esses esforços não são suficientes e enfatiza que as alterações no modelo educacional devem começar desde a primeira infância.

Entre outras políticas sugeridas para estimular a permanência de mais anos na escola estão programas para reduzir a gravidez na adolescência, programas de transferência ligados à conclusão do ensino médio e disseminação dos retornos da educação para o futuro do jovem no mercado de trabalho.

O Banco Mundial mostra ainda que os jovens foram os que mais sofreram com a última crise econômica. Em tempos de recessão, eles são os primeiros a perder o emprego e os que mais têm dificuldade de encontrar um novo trabalho. De 2013 a 2015, a taxa de desemprego juvenil ficou em níveis muito superiores à média brasileira. Em 2015, por exemplo, ficou próxima dos 20%, enquanto o índice brasileiro ficou em cerca de 8% (com base em dados da Pnad).

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/metade-dos-jovens-corre-risco-de-nao-se-inserir-no-mercado-de-trabalho-22463218>. Acesso em: 25/08/2018

QUESTÃO 01

Na frase “Estudo do Banco Mundial (Bird) divulgado nesta **quarta-feira**” a palavra destacada é um exemplo de palavra formada por:

- (A) Derivação Imprópria.
- (B) Derivação por prefixação.
- (C) Derivação por sufixação.
- (D) Composição por justaposição.
- (E) Composição por aglutinação.

QUESTÃO 02

Segundo o texto, é correto afirmar que:

- (A) É perceptível que mais da metade da população brasileira perde o interesse pelos estudos.
- (B) O atual cenário econômico brasileiro revela que os jovens de outrora eram mais propensos a ingressar no mercado de trabalho.
- (C) O ensino médio detém a maior parte dos estudantes matriculados no sistema de ensino do país.
- (D) As reformas no Ensino Médio se configuram como a solução para o ensino no Brasil.
- (E) Os efeitos da crise econômica fizeram com que o mercado de trabalho optasse pelos mais novos em relação aos mais velhos.

QUESTÃO 03

Em “mostra um cenário de **desalento** para a juventude”, a palavra destacada poderia ser substituída, sem acarretar mudança de sentido à frase, por:

- (A) Desânimo.
- (B) Esmorecimento.
- (C) Prostração.
- (D) Acometimento.
- (E) Abatimento.

QUESTÃO 04

A próclise em “São pessoas que se encontram em três situações” se justifica por:

- (A) Acompanhar uma conjunção subordinativa.
- (B) Estar em uma oração reduzida de gerúndio.
- (C) Acompanhar um advérbio.
- (D) Estar em uma oração na qual o infinitivo não está flexionado.
- (E) Acompanhar um pronome relativo.

QUESTÃO 05

Quanto a transitividade, o verbo presente em “A fragilidade da educação dos jovens compromete a produtividade do país” é:

- (A) Transitivo direto e intransitivo.
- (B) Transitivo direto.
- (C) Transitivo indireto.
- (D) Transitivo direto e indireto.
- (E) Intransitivo.

QUESTÃO 06

No que se refere à classe gramatical, as palavras destacadas em “**Metade** dos jovens”; “**Segundo** o Banco” e “A **última** onda da transição demográfica do Brasil”, exercem, respectivamente, função de:

- (A) Numeral; adjetivo; substantivo.
- (B) Adjetivo; adjetivo; numeral.
- (C) Numeral; numeral; numeral.
- (D) Substantivo; conjunção; substantivo.
- (E) Numeral; substantivo; adjetivo.

QUESTÃO 07

O texto lido traz consigo uma característica muito comum em textos que são veiculados nos diversos meios de comunicação. Nele, dada a intencionalidade de seu autor, é correto afirmar que sua função de linguagem é:

- (A) Expressiva.
- (B) Denotativa.
- (C) Fática.
- (D) Metalinguística.
- (E) Apelativa.

QUESTÃO 08

No trecho “desistiram da escola, conciliam os estudos com trabalho informal ou estão defasados na relação idade/série”, os verbos estão, respectivamente:

- (A) Pretérito perfeito do indicativo; presente do indicativo; presente do indicativo.
- (B) Pretérito imperfeito do subjuntivo; presente do indicativo; presente do subjuntivo.
- (C) Pretérito perfeito do subjuntivo; presente do subjuntivo; presente do indicativo.
- (D) Pretérito perfeito indicativo; presente do subjuntivo; presente do subjuntivo.
- (E) Pretérito imperfeito do indicativo; presente do indicativo; presente do indicativo.

QUESTÃO 09

Em “muito mais voltado para a memorização do que para o pensamento **crítico**”, observa-se que a palavra destacada foi acentuada por se tratar de uma proparoxítona. No entanto, a mesma palavra, quando empregada como verbo (crítico), não recebe acentuação. Isso ocorre devido:

- (A) Ela se transformar em uma palavra oxítona, sendo que estas não recebem acentuação quando terminadas em vogais.
- (B) Ela continuar sendo uma palavra proparoxítona, mas que não recebe acentuação para diferenciar a classe gramatical que passou a integrar.
- (C) Ela passar a ser uma palavra paroxítona, sendo que estas não são acentuadas quando terminam com a vogal o.
- (D) Ela passar a ser uma palavra oxítona terminada em o, cujo acento é dispensável nessas palavras.
- (E) Ela se transformar em uma palavra paroxítona e que, por sua terminação no singular, não recebe acentuação.

QUESTÃO 10

A respeito das informações contidas no parágrafo: “O Banco ainda aponta que o jovem brasileiro não tem a real noção do valor efetivo da educação para seu futuro, como o impacto que anos a mais de estudo geram no salário, por exemplo. “Se jovens acham que o investimento em educação adicional não se coaduna com os empregos que desejam no mercado de trabalho, e/ou se dão pouco peso à possibilidade (incerta) de aumento de remuneração futura, isso aumenta sua probabilidade de abandonar a escola e ir para o mercado de trabalho com a bagagem atual, ao invés de debater-se com a falta de oportunidade sem renda alguma”, aponta o estudo”, verifica-se que para o jovem:

- (A) A vida financeira está diretamente relacionada ao tempo que ele dedica aos estudos.
- (B) A falta de escolas capacitadas faz com que ele migre para o mercado de trabalho.
- (C) O trabalho proporciona um melhor rendimento escolar.
- (D) Entrar no mercado de trabalho cedo lhe garante bons salários.
- (E) A vontade de conseguir um emprego se sobressai à vontade de seguir na escola.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 11

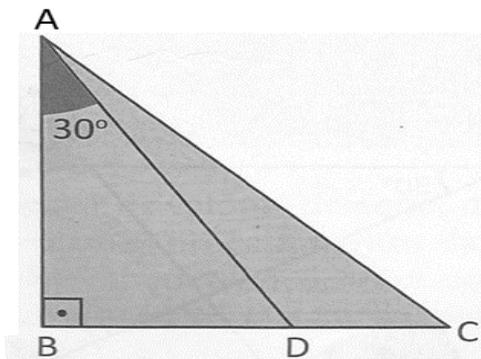
Quantos anagramas podemos formar com a palavra **CADERNO**, mantendo a letra **C** e **R** nas extremidades?

- (A) 200
- (B) 120
- (C) 5040
- (D) 240
- (E) 720

QUESTÃO 12

No triângulo ABC abaixo, retângulo em B, temos as seguintes medidas dos segmentos: AB= 24 cm, BC = 18 cm. Calcule o valor do segmento DC.

Considere $\sqrt{3} \cong 1,7$

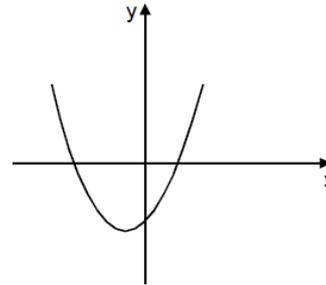


- (A) 3,4cm
- (B) 5cm
- (C) 4,4cm
- (D) 6,4cm
- (E) 7,8 cm

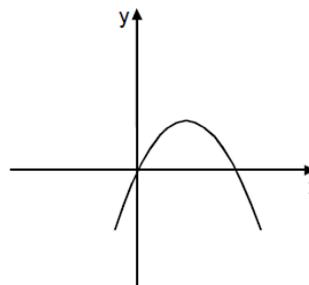
QUESTÃO 13

O gráfico que melhor representa a parábola da função: $y = kx^2 + kx - k$, $k \in \mathbb{R}^*$, é:

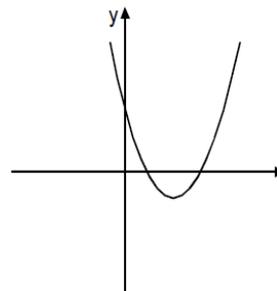
(A)



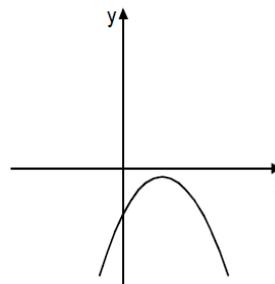
(B)



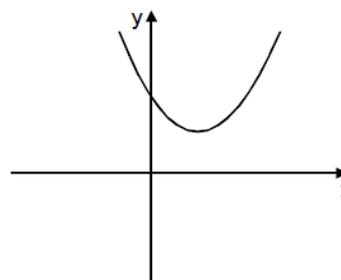
(C)



(D)



(E)



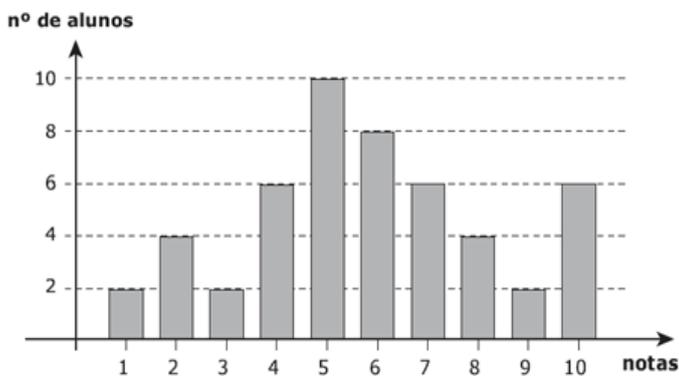
QUESTÃO 14

Rodrigo fez um aviãozinho de papel para seu filho. Quando ele foi brincar, percebeu que o avião se comportava de acordo com uma função quadrática de lei de formação $h(t) = -t^2 + 8t$ na qual a altura de voo dependia do tempo em segundo. Qual a altura máxima que chegaria o avião?

- (A) 10 m
- (B) 12 m
- (C) 13 m
- (D) 14 m
- (E) 16 m

QUESTÃO 15

O gráfico abaixo indica o número de alunos e suas respectivas notas de uma escola de um determinado bairro.



De acordo com o gráfico, podemos concluir que a nota mediana desses alunos foi igual a:

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 16

O uso da Internet nos dias de hoje se tornou quase uma obrigatoriedade no mundo dos negócios, no entanto, grande parte das organizações sofre constantemente com diferenciados ataques cibernéticos. Uma das diversas ameaças virtuais existentes é uma técnica utilizada para disfarçar um endereço de e-mail ou página da Web no intuito de enganar usuários, levando-os a entregar informações cruciais, como senhas de acesso. Essa ameaça virtual é especificamente chamada de:

- (A) Back Doors.
- (B) Overflowed.
- (C) Criptodevil.
- (D) Spoofing.
- (E) Dumpster Diving.

QUESTÃO 17

Utilizando-se o programa MS Excel 2016 é possível se aplicar fórmulas para cálculos matemáticos diversos na construção de planilhas eletrônicas. Observe a figura abaixo e depois responda.

A5	
	A
1	5
2	3
3	4
4	5
5	17

Qual a alternativa que possui a fórmula correta correspondente a célula A5?

- (A) VT=(SOMA A1:A4).
- (B) SOMA=(A1:A4).
- (C) SOMA=(A1/A4).
- (D) =SOMA(A1:A4).
- (E) =VT(SOMA A1/A4).

QUESTÃO 18

“A grande rede” apresenta uma arquitetura singular de comunicação e tráfego de dados. Ela utiliza um sistema de protocolos de telecomunicações chamado de TCP/IP. Esse sistema de comunicação observado na rede Internet é constituído de camadas e sobre elas é correto afirmar:

- (A) Apoiar a organização e a transferência de dados entre os nós existentes na rede é uma das principais atribuições da camada de sessão.
- (B) A camada de aplicação é responsável pelo fornecimento de formatos e códigos apropriados para a transmissão de dados.
- (C) As camadas de controle e de conexão são as responsáveis pela supervisão de todo o fluxo de dados que são transmitidos na rede.
- (D) Possibilitar o roteamento adequado pelo estabelecimento de conexões entre links na rede é uma atribuição da camada de conexão.
- (E) A camada de interface de rede possui a atribuição de disponibilizar serviços de comunicações para aplicações do usuário final.

QUESTÃO 19

Entre os principais elementos de um sistema de computação temos a unidade central de processamento e a memória principal. A CPU, por sua vez, possui em sua arquitetura duas unidades, que são:

- (A) Unidade de controle de hardware e; unidade de controle de fluxo de dados.
- (B) Unidade de sistema e; unidade de lógica e cálculo.
- (C) Unidade de controle e; unidade lógica e aritmética.
- (D) Unidade de lógica e cálculo e; unidade de controle de fluxo.
- (E) Unidade de controle de dados e; unidade de sistema.

QUESTÃO 20

Hoje em dia o sistema operacional Linux é muito bem reconhecido entre a comunidade de tecnologia mundial. A ideia é de um sistema gratuito que tem como principal característica fornecer seu código aos desenvolvedores de todo o mundo. Existem hoje diversas versões desse sistema operacional. Aponte a alternativa cujo conteúdo não apresenta uma versão/distribuição do Linux.

- (A) Camaleon.
- (B) Ubuntu.
- (C) Fedora.
- (D) Debian.
- (E) Mandriva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Determina o artigo 48 do Código de Processo Civil Brasileiro que “O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.” Destarte, se o autor não possuía domicílio certo:

- (A) Será competente o foro da cidade natal do “de cujus”;
- (B) Não havendo bens imóveis, será competente o foro onde residir o maior número de herdeiros;
- (C) Será competente o foro de onde estiver localizado o bem imóvel de maior valor;
- (D) Havendo bens imóveis em foros diferentes, será competente o foro de qualquer destes;
- (E) Será competente o foro da cidade que reside o inventariante.

QUESTÃO 22

Determina o artigo 189 do Código Civil Brasileiro que “Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição”.

Sobre a prescrição, sob a égide do nosso ordenamento jurídico, é correto afirmar:

- (A) A prescrição deve ser suscitada até o momento da sentença, sob pena de preclusão;
- (B) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, caso tenha cláusula expressa em contrato;
- (C) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for divisível;
- (D) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor;
- (E) A interrupção da prescrição, que poderá ocorrer até duas vezes, pode ser através de despacho do juiz competente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

QUESTÃO 23

As normas para licitações e contrato da Administração Pública estão previstas na Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Sobre as modalidades de licitação previstas na referida Lei, pode-se afirmar que:

- (A) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (B) Convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (C) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- (D) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, mediante remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado em jornal de grande circulação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- (E) Leilão é a modalidade de licitação entre interessados para a venda de bens móveis ou imóveis inservíveis para a administração, podendo ser produtos ilegalmente apreendidos, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação, tendo como prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis até o recebimento das propostas.

QUESTÃO 24

No que tange aos critérios de suspensão dos processos, com fulcro no que dispõe o Código de Processo Civil, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O processo poderá ser suspenso pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;
- (B) O prazo de suspensão do processo não poderá exceder o prazo de 02 (dois) anos quando a sentença de mérito tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo;
- (C) Quando ocorrer a concessão de adoção ou pela ocorrência do parto, sendo a advogada responsável pelo processo a única patrona da causa, o período de suspensão será de 30 (trinta) dias, a contar do fato, desde que haja notificação ao cliente;
- (D) Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição;
- (E) O processo poderá ser suspenso por 08 (oito) dias nos casos em que, havendo notificação ao cliente, o advogado responsável pelo processo tornar-se pai, quando apresentar-se como o único patrono da causa.

QUESTÃO 25

A lei Federal nº 11.101/2005 determina que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Sobre a recuperação judicial prevista na referida lei federal, marque a opção **INCORRETA**:

- (A) O devedor poderá requerer recuperação judicial obedecendo o requisito de que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e não tenha sido condenado ou não ter, como sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.
- (B) A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente.
- (C) Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.
- (D) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.
- (E) Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 1 (um) ano e que não tenha obtido concessão de recuperação judicial, há menos de 2 (dois) anos.

QUESTÃO 26

A Lei Municipal nº 004, de 30 de março de 2015, dispõe sobre o plano de cargos e salários da administração pública direta e indireta do município de Terra Alta e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.terraalta.pa.gov.br/> acesso em 28/03/2019.

No que tange o plano de cargos e salários da administração pública, conforme a referida Lei, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Os proventos dos servidores inativos não serão reajustados nos mesmos índices e datas dos reajustes concedidos aos servidores em atividade, uma vez que não cumprem as obrigações diárias referente ao cargo;
- (B) O Servidor Público nomeado para exercer cargo em comissão poderá optar pelo vencimento de seu cargo ou do cargo para o qual foi nomeado;
- (C) O Poder Executivo é o responsável pela livre nomeação e exoneração das funções de confiança;
- (D) Mediante autorização do chefe do executivo, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderá haver contratação de pessoal, por prazo determinado, caso em que o contratado não será considerado servidor público;
- (E) O servidor investido em cargo público, na forma prevista nesta Lei, somente poderá ser promovido para outro cargo, através de Concurso Público.

QUESTÃO 27

No que tange a obrigação tributária, prevista no Código Tributário Nacional, marque a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (B) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, ter por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente;
- (C) O contribuinte é sujeito ativo da obrigação principal, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- (D) O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- (E) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

QUESTÃO 28

A Lei Orgânica do município de Terra Alta apresenta as competências privativas do Município e as competências administrativas comuns entre Município, da União e do Estado.

Disponível em: <http://www.terraalta.pa.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/lei-organica.pdf>. Acesso em 01/04/2019.

Assinale a alternativa que apresenta medida de competência privativa do Município, com base no que dispõe a Lei Orgânica:

- (A) Instituir política de educação de Trânsito;
- (B) Zelar pela saúde propiciar programa de apoio e integração às pessoas portadoras de deficiência física e deficiência mental;
- (C) Promover programas que visem assegurar à população melhores condições de habitação e saneamento básico;
- (D) Promover a proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico, turístico, paisagístico, observando a Legislação e as ações fiscalizadoras Federal, Estadual e Municipal;
- (E) Instituir políticas sociais básicas nas áreas em que houver demandas de ação, tais como educação, alimentação.

QUESTÃO 29

O direito a férias do trabalhador, está previsto na Consolidação de Leis do Trabalho, onde determina que após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a gozar de férias.

No que tange a proporção, o empregado terá direito a:

- (A) 30 dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;
- (B) 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas;
- (C) 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;
- (D) 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;
- (E) 20 dias corridos, quando houver faltado ao serviço 10 (dez) vezes.

QUESTÃO 30

No que tange o plano de Recuperação Judicial, marque a alternativa que apresenta a assertiva correta:

- (A) O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, podendo ser prorrogado por igual período.
- (B) O plano não poderá, ainda, prever prazo superior a 60 (sessenta) dias para o pagamento, até o limite de 3 (três) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.
- (C) O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo, sob pena de convalidação em falência, devendo conter laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por empresa especializada.
- (D) Havendo objeção de qualquer credor ao plano de recuperação judicial, o juiz convocará a assembleia-geral de credores para deliberar sobre o plano de recuperação, assim, a data para a realização da assembleia-geral não excederá 100 (cem) dias contados a partir do despacho de deferimento do juízo quanto as objeções dos credores.
- (E) O plano de recuperação judicial poderá prever prazo de 1 (um) ano a 2 (dois) anos para pagamento dos créditos decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

QUESTÃO 31

O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Destarte, o conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados alguns critérios básicos, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação.

Sobre o conselho de administração, assinale a alternativa correta:

- (A) Os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de três anos, não admitida uma recondução;
- (B) O dirigente máximo da entidade pode participar das reuniões do conselho, com direito a voto;
- (C) Os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas;
- (D) O Conselho se reunirá ordinariamente, no mínimo, duas vezes a cada ano e, extraordinariamente, até duas vezes ao mês;
- (E) O Conselho de administração deve ser composto por até 30% (trinta por cento) de membros eleitos dentre os membros ou os associados, no caso de associação civil.

QUESTÃO 32

A Lei Municipal nº 015/2011, de 30 de dezembro de 2011, dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração dos trabalhadores da educação básica da rede pública de ensino do município de Terra Alta. Assim, a referida Lei preceitua que os cargos da carreira de Magistério são estruturados em classes.

Disponível em: <http://www.terraalta.pa.gov.br/> acesso em 28/03/2019.

Destarte, é correto afirmar que:

- (A) O cargo de professor, classe III, necessário possuir formação em nível superior em curso de literatura de graduação plena, acrescida de mestrado na área de atuação;
- (B) Para o cargo de técnico em educação, classe IV, é necessário nível de pós graduação em mestrado em Educação;
- (C) Para o cargo de professor, classe II, necessária formação de nível superior em curso de literatura, de graduação plena;
- (D) No cargo de assistente educacional, classe III, é necessário pessoal habilitado em nível médio profissionalizante e/ou com complementação na modalidade técnica referente ao seu cargo;
- (E) No cargo de assistente educacional, classe I, é necessário pessoal habilitado com o nível de escolaridade em ensino fundamental.

QUESTÃO 33

A Lei Federal nº 11.101/2005 determina que o administrador judicial será profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

Desto forma, sobre o administrador judicial assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Caberá ao devedor ou à massa falida arcar com as despesas relativas à remuneração do administrador judicial e das pessoas eventualmente contratadas para auxiliá-lo.
- (B) A remuneração do administrador judicial fica reduzida ao limite de 10% (dez por cento), no caso de microempresas e empresas de pequeno porte.
- (C) O juiz fixará o valor e a forma de pagamento da remuneração do administrador judicial, observados a capacidade de pagamento do devedor, o grau de complexidade do trabalho e os valores praticados no mercado para o desempenho de atividades semelhantes.
- (D) O administrador judicial substituído será remunerado proporcionalmente ao trabalho realizado, salvo se renunciar sem relevante razão ou for destituído de suas funções por desídia, culpa, dolo ou descumprimento das obrigações fixadas nesta Lei, hipóteses em que não terá direito à remuneração.
- (E) Em qualquer hipótese, o total pago ao administrador judicial não excederá 5% (cinco por cento) do valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial ou do valor de venda dos bens na falência.

QUESTÃO 34

O Código Civil Brasileiro determina que as pessoas jurídicas podem ser de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

Com fulcro na referida legislação, assinale a opção que consiste em pessoa jurídica de direito público interno:

- (A) Os partidos políticos;
- (B) As organizações religiosas;
- (C) Os Estados estrangeiros;
- (D) As associações;
- (E) As autarquias, inclusive as associações públicas.

QUESTÃO 35

No que tange aos procuradores, o Código de Processo Civil Brasileiro, determina que a parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, sendo lícito à parte postular em causa própria quando tiver habilitação legal.

Destarte, sobre os procuradores com fulcro na referida legislação, assinale a alternativa correta:

- (A) O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, sob nenhuma hipótese.
- (B) Quando postular em causa própria, incumbe ao advogado declarar, na petição inicial, o endereço, seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e o nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimações, descumprindo esta determinação, o juiz ordenará que supra qualquer omissão no prazo de 10 (dez) dias antes de determinar a citação do réu, sob pena de indeferimento da petição.
- (C) A procuração não pode ser assinada digitalmente.
- (D) A procuração outorgada na fase de conhecimento é eficaz para todas as fases do processo, inclusive para o cumprimento de sentença, salvo disposição expressa em sentido contrário constante do próprio instrumento.
- (E) O advogado tem direito a requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo, pelo prazo de 10 (dez) dias.

QUESTÃO 36

Sobre as regras dos contratos em geral, previstas no Código Civil Brasileiro. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.
- (B) Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- (C) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
- (D) Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- (E) Não é lícito às partes estipular contratos atípicos.

QUESTÃO 37

Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Destarte, sobre a responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) São também responsáveis pela reparação civil os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.
- (B) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (C) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não transmitem-se com a herança.
- (D) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- (E) Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

QUESTÃO 38

A respeito da jornada de trabalho, com fulcro na Consolidação das Leis do Trabalho, marque a alternativa que apresenta a alternativa **ERRADA**:

- (A) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução;
- (B) É facultado ao empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário;
- (C) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais;
- (D) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês;
- (E) As horas suplementares à duração do trabalho semanal normal serão pagas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-hora normal.

QUESTÃO 39

A Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Destarte, sobre a modalidade de licitação denominada pregão, assinale a alternativa correta:

- (A) No âmbito do Ministério da Defesa, os militares não poderão desempenhar a função de pregoeiro;
- (B) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;
- (C) Quando for declarado o vencedor, qualquer licitante poderá recorrer, sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias;
- (D) Se outro prazo não estiver fixado no edital, o prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias;
- (E) Será exigida uma garantia de proposta.

QUESTÃO 40

“Adquirida a personalidade jurídica, toda pessoa passa a ser capaz de direitos e obrigações. Possui, portanto, capacidade de direito ou de gozo. Todo ser humano tem, assim, capacidade de direito, pelo fato de que a personalidade jurídica é atributo inerente à condição”. **Disponível em: STOLZE; FILHO; 2018.**

Sobre a capacidade das pessoas naturais, com fulcro no Código Civil brasileiro, é correto afirmar:

- (A) São relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos;
- (B) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;
- (C) Cessará, para os menores, a incapacidade, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver 16 (dezesesseis) anos completos;
- (D) É cessada a incapacidade, para os menores, pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 17 (dezesete) anos completos tenha economia própria;
- (E) Os pródigos são absolutamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer.

RASCUNHO DA PROVA DISCURSIVA

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO:

- 1) A Prova Discursiva (Redação) deverá ser elaborada com extensão mínima de 20 linhas e máxima de 30.
- 2) O candidato que transcrever na Folha da Prova Discursiva com lápis grafite (ou lapiseira) ou caneta esferográfica de cor diferente de PRETA ou AZUL será automaticamente eliminado do concurso.
- 3) **Na FOLHA DE REDAÇÃO assinie APENAS no local apropriado**, pois é vedado assinar ou rubricar na Folha de Redação fora deste espaço.
- 4) A Prova Discursiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- 5) Os critérios de avaliação são: **Adequação à proposta e ao gênero; Argumentação; Coesão; Coerência e Gramática**; cada critério possui a pontuação máxima de 4 (quatro) pontos.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
26
27
28
29
30